

**FAMILIARE INSTITUTO SISTÊMICO**

**Violência Cega: a infância marcada**

**Trabalho apresentado ao Familiare  
Instituto Sistêmico para obtenção  
do grau de especialista em Terapia  
Familiar e de Casal**

**Ricardo Luiz De Bom Maria  
Maria da Glória de Mello Carneiro**

**Professor Orientador  
Dra. Maria Aparecida Crepaldi**

**2006**

*“Quem não foi bem castigado com a vara”,  
não foi bem educado.”  
(provérbio grego)*

## Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	05
2.	OBJETIVO.....	07
2.1	Objetivo geral.....	07
2.2	Objetivo específico.....	07
3.	MÉTODO.....	08
4.	RESULTADOS.....	08
4.1	Definição de maus tratos e os tipos e violência.....	08
4.2	A multicausalidade e a transgeracionalidade da violência infantil.....	09
4.3	A violência como segredo e o segredo como violência.....	11
4.4	Sistemas familiares.....	14
4.5	A violência como um processo não percebido.....	17
4.6	A presença parental e a autoridade versus autoritarismo.....	19
4.7	As conseqüências da violência e o seu tratamento.....	22
4.8	A dificuldade de se lidar com o tema da violência.....	26
4.9	As influências do macrossistema no microssistema.....	28
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

## **Resumo**

Esse trabalho, por meio de uma pesquisa bibliográfica, nas últimas cinco décadas, buscou investigar o tema da violência familiar contra a criança sob a perspectiva da teoria relacional sistêmica e teoria do desenvolvimento ecológico, a fim de caracterizar dentro do sistema intrafamiliar os mecanismos que envolvem o processo de violência ecológica cometida contra a criança. Foi abordado a multicausalidade dos fatores que geram a violência dentro do sistema familiar, a transmissão transgeracional da violência e sua presença na interação familiar como, segredo, a violência como um processo não percebido dentro da família, a importância da presença parental como forma de evitar a violência, a diferença na postura de famílias autoritárias e com autoridade, a dificuldade em se trabalhar com o tema da violência infantil e por fim as influências do macrosistema no microsistema.

**Palavras-chaves:** violência, violência intrafamiliar, palmada, punição corporal, sofrimento emocional, segredo.

## 1. Introdução

Em 2005, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou projeto de lei que proíbe os pais de darem palmadas nos filhos, sob quaisquer propósitos, ainda que de caráter pedagógico. Mesmo sob protestos de muitas pessoas de nossa sociedade que consideram de vital importância o uso da palmada entre outros comportamentos similares como meio para educar uma criança; o tema da violência infantil deixa de ser algo esquecido ou de responsabilidade somente da família e passa a ser uma preocupação de todos os sistemas que lidam com a formação física, emocional, psicológica e até espiritual desta.

Dentro da área psicológica, alguns autores (Baumrind, 2001; Larzerele Schneider, Larson, Pike, 1996) são favoráveis ao uso da punição corporal *não muito severa* para crianças de 2 a 6 anos como forma de impor limites e garantir, assim, a autoridade dos pais frente aos filhos. Esses autores através de pesquisas, como por exemplo, Larzelere (2000), mostra que a punição moderada associada ao diálogo é a forma mais eficaz para corrigir o comportamento de crianças pequenas.

Atualmente, há uma reflexão muita intensa sobre essa temática do bater versus não bater, onde autores como Miller (1997, 2004), Omer (2002), Ravazzola (1999), Straus (1991); questionam e discutem a manutenção dessa forma de educar, mostrando os danos ao desenvolvimento integral da criança e as conseqüências desses atos nas fases subseqüentes. Esses autores justificam através da sua teoria e prática clínica que o uso da palmada ou de qualquer outro comportamento que agrida o bem-estar da criança, gerará inevitavelmente prejuízos, e em alguns casos, até transtornos psicológicos, como decorrência de algo que parece “inocente”, mas que esconde um grande mal.

No entanto, nem sempre a criança foi considerada como um ser humano, no sentido de ser merecedora de respeito e cuidados (Ariès, 1978). Apenas em

1959, por exemplo, foi que a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Declaração dos Direitos da Criança. No Brasil foi só em 1990, através da lei 8069 de 13 de Julho do referido ano, que foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

A partir do momento que a criança tornou-se um sujeito de direito, começou-se a pesquisar o seu desenvolvimento e as práticas comportamentais que, então, poderiam estar prejudicando ou contribuindo para o seu processo de desenvolvimento ecológico:

*O desenvolvimento é o conjunto de processos através dos quais as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir estabilidade e mudança nas características da pessoa no curso da sua vida (Bronfenbrenner in Koller, p. 92, 2004).*

Segundo Weber (2004), a maior conscientização da individualidade infantil fez com que muitos estudiosos direcionassem suas pesquisas para conhecerem melhor o desenvolvimento infantil, a educação dada pelos pais, suas relações com a atitude dos filhos e uma reflexão sobre o uso da punição corporal.

Socialmente, cada vez mais, procura-se a “receita” de como educar um filho. Busca-se em revistas, televisão, artigos, ou mesmo, nos profissionais da área da saúde; a maneira “correta” e “normal” para se disciplinar uma criança.

Como profissionais da área da saúde emocional, observando essa inquietação pela *busca dessa receita*, sentimo-nos motivados a pesquisar dentre autores da área a situação da violência intrafamiliar contra a criança. Tal pesquisa, ao refletir sobre os trabalhos dos autores citados acima, visa ampliar os conhecimentos como também auxiliar na construção de um *pensar maduro* sobre um *status quo* do tema. Esse pensar implica um olhar desafiador sobre os costumes sociais, no que tange as práticas disciplinares que exige o envolvimento de todos os segmentos, comprometidos com a mudança social

visando alterar comportamentos capazes de considerar uma nova concepção de infância e de assegurar que o lar seja o lugar de proteção e não de agressão.

## **2. Objetivos**

### **2.1 Objetivo geral**

O presente trabalho tem como objetivo investigar o tema da violência familiar contra a criança através de uma pesquisa bibliográfica dentre autores que vem nas últimas cinco décadas pesquisando sobre o tema. Caracterizar dentro do sistema intrafamiliar os mecanismos que envolvem o processo de violência ecológica cometida contra a criança.

### **2.2. Objetivo Específico**

- Visualizar a multicausalidade dos fatores que geram a violência dentro do sistema familiar;
- Analisar a transmissão transgeracional da violência e sua presença na interação familiar como segredo;
- Visualizar a violência como um processo não percebido dentro da família e a importância da presença parental como forma de evitar a violência;
- Perceber a diferença na postura de famílias autoritárias e com autoridade, assim como a dificuldade em se trabalhar com o tema da violência infantil;
- as influências do macrosistema no microsistema;
- as conseqüências da violência e o seu manejo.

### **3. Método**

Para a realização desta pesquisa de cunho bibliográfico, primeiramente, utilizou-se as palavras-chaves: palmada (*spanking*), punição corporal (*corporal punishment*), sofrimento emocional (*emotional pain*), sistemas familiares (*familiar systems*). A partir dessas palavras-chaves, selecionou-se autores com pesquisas científicas na área da violência infantil intrafamiliar. O material utilizado nessa pesquisa constou de livros, artigos, monografias, teses, como também artigos consultados na Internet. Por meio desta revisão da literatura científica, para melhor atender os objetivos deste trabalho foram estipuladas unidades temáticas, decorrentes da análise da literatura pesquisada, as quais serão analisadas em continuação.

### **4. Resultados**

#### **4.1 Definição de maus-tratos e os tipos de violência**

A definição de maus-tratos é muito ambígua, ainda mais quando se consideram as questões familiares de gênero e culturais, dentre outras. No presente trabalho, considerar-se-á maus-tratos como qualquer ação ou omissão, não acidental (e não constante), por parte dos pais ou outros responsáveis pela criança que comprometa a satisfação das necessidades físicas, psicológicas, emocionais e espirituais da mesma.

A partir dessa definição de maus-tratos, a violência contra a criança pode se manifestar por diferentes facetas, influenciando de diversas maneiras seu desenvolvimento ecológico. Desse modo, é possível citar enquanto formas de maus-tratos, cinco tipos de violência: o abuso físico, o abuso psicológico, o abuso sexual, a negligência física e a negligência emocional.



O abuso físico é a ação voluntária ou não de um cuidador da criança, que gere algum tipo de dano ao seu físico. O abuso psicológico “é entendido enquanto hostilidade verbal crônica em forma de insulto, desprezo, crítica ou ameaça de abandono, bem como o constante bloqueio das iniciativas de interação da criança (desde o evitamento ao confinamento) por parte de qualquer membro adulto do grupo familiar” (ARRUABARRENA; DE PAÚL, 1999, p. 31). O abuso sexual acontece quando uma criança é utilizada, intencionalmente ou não, por um adulto para satisfazer suas necessidades sexuais. A negligência física se estabelece quando há privação ou não-provisão de recursos necessários para o bem-estar físico da criança. Por fim, a negligência psicológica refere-se a falta de respostas concomitantes aos sinais comportamentais e expressões emocionais da criança, como choro e riso, por exemplo, por parte dos cuidadores da mesma.

Chama-se a atenção para o fato de que, independentemente do tipo de violência, ela compromete o bem estar da criança e seu desenvolvimento, não existindo desse modo, *melhor* ou *pior* para se avaliar a violência sofrida por esta. Violência é violência, seja em qual contexto for, ou da forma como é praticada, deve ser evitada.

#### **4.2 A multicausalidade e a transgeracionalidade da violência infantil**

O tema da violência infantil é complexo e multicausal, não podendo ser remetido a um único fator ou a um único “culpado” dentro de um contexto familiar. Sendo assim “a violência familiar é um fenômeno multicausal, o que nos remete ao enfoque ecológico sustentado por Jorge Corsi, para quem uma situação de violência familiar se acha cruzada por diferentes fatores desde as características intrapsíquicas das pessoas, do grupo familiar do contexto próximo que acha inserido esse grupo familiar e do contexto geral a que pertencem” (PAIRA, 2002).

Desse modo, como foi visto acima, não é possível eleger um responsável exclusivo pela violência causada a uma criança, mas sim se deve remeter a estrutura da família nuclear, como também ao processo transgeracional das famílias de origem. Isto é, a violência se reproduz de geração em geração, na

maioria das vezes, de forma muito sutil, sendo “naturalizada” ou até mesmo normalizada fazendo parte do cotidiano destas famílias, perpetuando um padrão de comportamento agressivo. “ Quando se convence uma criança de que ela está sendo humilhada e maltratada para o seu próprio bem, eventualmente essa crença permanece durante a sua vida toda. No futuro, essa pessoa vai maltratar seus filhos da mesma forma, convencida de que está realizando uma boa ação”. (Miller, 2004. p.35). Ou seja, o pai ou a mãe que no presente batem, humilham, abusam, ou desprezam o filho, com certeza sofreram o mesmo tipo violência de seus pais quando eram crianças. O mais impressionante desse processo de reprodução é o não se dar conta ou ainda, a utilização de mecanismos de defesa, que transformam uma ação negativa em algo aceito logicamente como um comportamento para o bem-estar ou a manutenção de um *status quo*. Como afirma Alice Miler, “ uma pessoa só se sente compelida à destruição, quando a sua alma, no começo de sua vida, foi torturada”. (Miller, 2004, p. 35).

Observa-se que um adulto que sofreu algum tipo de violência em sua infância, e que por algum motivo ao longo da sua vida não conseguiu acessar esse conteúdo, provavelmente, estruturou sua personalidade a partir de um falso eu, já que teve que reprimir uma situação original de violência:

*“A acomodação às necessidades dos pais, em geral leva (mas não sempre) ao desenvolvimento da “personalidade como se”, ou chamado falso self. A pessoa desenvolve uma postura na qual apenas mostra o que é esperado dela, fundindo-se a essa imagem. O verdadeiro self não consegue se desenvolver e se diferenciar porque não pode ser vivido. Compreensivelmente, essas pessoas reclamam contra sentimentos de vazio, falta de sentido, desenraizamento – pois esse vazio é real. Aconteceu um esvaziamento, um empobrecimento, uma morte parcial das possibilidades. A integridade da criança foi abalada,*

*arrancando-lhe a vivacidade, a espontaneidade” (Miller, 1997, p.23).*

#### **4.3 A violência como segredo e o segredo como violência**

A violência infantil dentro do sistema familiar também pode se converter num processo que inclui o *não dito*, o *não acontecido*, construindo-se assim segredos dentro da família, sempre, claro, para a manutenção do “bem-estar” da mesma. Esse *bem estar* é relativo, pois a família não se comunica nem se relaciona de modo relaxado, existindo uma tensão constante para que o segredo não seja revelado.

Segundo Imber-Black, “os segredos são fenômenos sistêmicos. Eles estão ligados ao relacionamento, moldam as díades, formam triângulos, alianças encobertas, divisões, rompimentos, definem limites de quem está “dentro” e de quem está “fora” e calibram a intimidade e o distanciamento nos relacionamentos” (Imber-black, 2002, p.21).

É importante destacar em termos de reflexão, que uma família que utiliza o segredo como um recurso para impedir que toda dor vivida no passado não venha para a “superfície”, está mantendo a homeostase<sup>1</sup> do sistema.

*Em famílias nas quais certos sentimentos, pensamentos e lembranças são proibidos por lealdades familiares ou tabus sociais, o bloqueio da comunicação pode contribuir para o comportamento sintomático, ou os sentimentos podem ficar ocultos e reaparecerem em outros contextos, desconectados de sua origem. (WALSH, Froma; McGOLDRICK, Mônica. 1998, p. 36)*

---

<sup>1</sup> Segundo Vasconcelos (2002), a homeostase é a capacidade que um organismo tem de se auto-regular, visando à sobrevivência do sistema, sendo que, o que permite essa auto-regulação são os mecanismos de retroalimentação.

Além disso, não se pode deixar de perceber, que o uso do segredo pela família é uma violência em si. Isso porque o segredo impede que os membros da família possam transitar livremente entre os diversos temas que compõe a rede de relacionamentos da mesma.

*Quando os relacionamentos encontram-se atrelados a um segredo, todo o estilo de comunicação de uma família pode tornar-se marcado pelo fato de manter o segredo em áreas totalmente alheias ao segredo original. Tanto as mentiras deliberadas quanto as informações retidas podem erodir a confiança interpessoal e a confiabilidade nos relacionamentos. (Imber-Black, 1994, p. 25)*

Isso pode ser bem exemplificado, na situação em que uma criança pertencente a um núcleo familiar que é detentor de segredos. A criança fica atrelada a esses segredos, não podendo assimilar a real história da sua família, pois tal história precisou ser remendada para ocultar fatos que colocavam em risco a manutenção do “*false self*” do sistema. Com esse modelo, a família transmite aos seus membros uma receita de como estruturar a personalidade, de como podem esconder de si mesmos verdades importantes para o seu amadurecimento, e assim, o segredo é algo autorizado a ser usado sempre que o membro da família se depara com algum fato que o lembre da sua real história familiar.

Dentro desse universo, o que muitas vezes motiva os membros de uma família a permanecerem atrelados aos segredos, é a lealdade existente entre seus membros, impedindo que o sistema familiar rompa com seu pacto de silêncio.

*“Os compromissos de lealdade são como fibras invisíveis mas resistentes que mantêm unidos fragmentos completos de ‘conduta’ relacional, tanto nas famílias como*

*na sociedade em seu conjunto” (Boszormeny-Nagy, 2003, p. 57).*

*“A questão das tramas de lealdades nas famílias está intimamente ligada com alienações, alianças, rompimentos e formações de sub-sistemas” (Boszormeny-Nagy, 2003, p. 56).*

Essa lealdade opera no sentido de manter o sistema ou parte dele, unidos no objetivo de perpetuar o segredo, que muitas vezes é mantido através do sentimento de pertencimento a esta família, ou mesmo, pela culpa; de ser o responsável de criar uma crise familiar por abrir algo que deveria permanecer escondido.

*“Os membros de um grupo podem comportar-se de maneira leal levados pela coesão externa, o reconhecimento consciente de seu interesse por pertencer aquele, sentimentos de obrigação conscientemente reconhecidos, ou uma obrigação de pertinência que os ligue de modo inconsciente” (Boszormeny-Nagy, 2003, p. 56).*

Assim se conclui que o segredo em algum nível do funcionamento familiar irá influenciar as trocas relacionais, criando barreiras e dificultando a funcionalidade do sistema e seus subsistemas. Seja uma violência que se transformou num segredo ou um segredo que se transformou numa violência; o segredo acarreta um prejuízo real para o desenvolvimento psico-emocional dessa família.

#### 4.4 Sistemas Familiares

A importância em se abordar os sistemas familiares, está em entender que “a família é o principal contexto em que o desenvolvimento humano ocorre” (KOLLER, 2004, p. 313). Para que se possa aprofundar a reflexão sobre a violência infantil, precisa-se compreender o papel da família na formação inicial da criança:

*“Através de um processo progressivo de interações, a criança estabelece seus primeiros vínculos de confiança. E, assim, a família desempenha uma função de proteção, que preserva a criança de riscos e promove o seu bem estar, através da nutrição, segurança e conforto. A família é compreendida como um microsistema, Isto é, um conjunto de pessoas em determinado contexto que efetua trocas e afeto, estabelece inter-relações, compartilha atividades e possibilita a alternância de poderes, em prol do desenvolvimento das pessoas” (Koller, 2004, p. 313).*

A partir disso, cada família, de acordo com a sua história e do contexto que faz parte, estrutura-se - como também seus subsistemas, dependendo do grau de flexibilidade desta para efetivar mudanças, importante para sua adaptação ao longo de seu ciclo de vida como família:

*“(...) a família é um sistema ativo em constante transformação, ou seja, um organismo complexo que se altera com o passar do tempo para assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros componentes. Esse processo dual de continuidade e crescimento permite o desenvolvimento da*

*família como a unidade e, ao mesmo tempo, assegura a diferenciação de seus membros” (Andolfi, 1989, p. 18).*

*“(...) uma família saudável é dinâmica, não estática. Está em contínuo processo de evolução e mudança. Saúde é um estado perpétuo de vir a ser. Você nunca realmente chega lá ou termina a jornada. Portanto, uma família saudável é um sistema em movimento. (...) quando nós começamos a olhar para uma família em movimento, nos damos conta de que a dança não é aleatória. Como qualquer outra organização social, há regras, políticas e padrões. (Whitaker, 1990, p. 136).*

Nessa dança, a família começa a mostrar os recursos que utiliza como padrões nas suas interações, isto é, como faz para educar seus filhos, impor limites, contornar rebeldias. E é justamente nesse campo, que os pais vão ter de se deparar com a tênue diferença entre mostrarem sua capacidade de ter autoridade sem cair no autoritarismo. É muito fácil no cotidiano, pais acharem que estão exercitando sua autoridade, quando na verdade estão coagindo seus filhos a se comportarem de acordo com as suas expectativas, e desse modo, usando de autoritarismo. Pais autoritários são quase sempre inflexíveis, enquanto pais com autoridade são flexíveis, ou seja, permitem que seus filhos expressem suas opiniões contribuindo assim, para o seu desenvolvimento e conseqüentemente do seu sistema familiar.

É nesse contexto de autoritarismo, que a violência contra a criança se desenvolve com muito mais facilidade. Neste ambiente, a criança fica tolhida de expressar seu “verdadeiro eu”, tendo sempre a preocupação primária de fazer ou agir de acordo com a vontade dos pais, colocando em segundo plano a sua infância. Muitas famílias autoritárias, não necessariamente se utilizam de violência física, que mostra os maus-tratos no corpo da criança, mas utiliza-se de outro tipo de agressão, tão nociva quanto a primeira, só que invisível para os expectadores.

Essa agressão nada mais é, do que uma violência emocional, que ocorre sempre que as necessidades emocionais da criança são negligenciadas. Como expõe Whitaker(1990):

*“Um dos componentes básicos na estrutura de famílias, em bom funcionamento, é uma clara separação de gerações. É claro que os pais e os filhos não são iguais em termos de autoridade e responsabilidade. Os pais são a espinha dorsal da família, com as crianças obtendo sua sensação de segurança a partir da liderança e da solidariedade parentais. Mas uma saudável separação de gerações, não deve ser confundida, com uma estrutura hierárquica rígida. Não se está pregando a idéia de que os pais exerçam uma dominação sobre os filhos, mas, em vez disso, a idéia de que a força provê segurança e proteção. (...) numa família saudável, a força dos pais opera de forma encoberta. Já que a sua força está clara, eles não tem que continuamente prová-la, seja para os filhos, seja para si mesmos. Eles criam uma abertura com relação à brincadeira, a experimentação e troca de papéis. A família pode viver numa estrutura ‘como se’, através da qual todos são livres para trocar de papéis e funções, dentro de uma estrutura com sólida segurança (Whitaker, 1990, p.137)” .*

Desse modo, uma das funções básicas de um sistema familiar em relação à criação de seus membros, é prover proximidade, organizar e orientar - gerando segurança emocional para que possa ocorrer um desenvolvimento saudável da prole.



#### 4.5 A violência como um processo não percebido

A violência emocional geralmente ocorre de forma muito sutil. Os pais, que possivelmente também foram vítimas de violência quando eram crianças, dificilmente dão-se conta de que estão reproduzindo-a contra seus filhos. São em cenas aparentemente “inocentes” que a violência emocional aparece. Apenas um observador atento é capaz de percebê-la. No célebre exemplo de Alice Miller no seu livro *O Drama da Criança Bem Dotada*, a autora narra com beleza como pais “amorosos” podem violentar seus filhos sem perceberem:

*(...) O casal era alto; ao lado dele caminhava um garoto de cerca de 2 anos de idade, que choramingava. (...) o casal tinha acabado de comprar dois picolés e os lambiam prazerosamente. A criança também queria um sorvete. Sua mãe lhe disse carinhosamente: ‘você pode dar uma mordida no meu, um inteiro é muito frio para você’. A criança queria segurar o palito e não apenas dar a mordida, mas a mãe o tirou de seu alcance. A criança chorou desesperada, e a situação se repetiu com o pai: ‘aqui está, meu amor’, falou o pai com carinho, ‘pode dar uma mordida no meu’. ‘Não, não, gritou a criança, e começou a correr tentando distrair-se mas sempre voltava e olhava para cima com um olhar invejoso e triste para os dois grandes que tomavam seus sorvetes sossegados e solidários. Um dos pais sempre oferecia uma mordida, e a criança esticava suas mãozinhas em direção ao sorvete, mas a mão adulta se encolhia com o tesouro. Quanto mais a criança chorava, mais os pais se divertiam. Riam muito, e esperavam animar o filho com as risadas: ‘preste atenção, isso não é nem tão importante e você faz todo esse papelão’. Em um momento a criança sentou-se no*

*chão, de costas para os pais, e começou a jogar pedrinhas em direção à mãe, mas repentinamente levantou-se para assegurar-se, preocupada, de que os pais continuavam ali. Depois de o pai ter terminado o seu sorvete, lambou o palito, entregou-o ao filho e voltou a andar. O garoto tentou lambar o pedacinho de madeira, olhou para ele e jogou-o fora; quis pegá-lo novamente mas não o fez, e um profundo suspiro cheio de desapontamento sacudiu o seu corpinho. Então, seguiu obediente atrás de seus pais” (Miller, 1997, p71-72).*

A primeira vista, parece inapropriado afirmar que no exemplo acima existe um caso de violência emocional contra criança. No entanto, ao aguçar-se o olhar, a luz do que já fora apresentado no presente trabalho, a cena em questão começa a se elucidar e o que parecia ser apenas uma brincadeira entre pais e filho, acaba se tornando um sofrimento para a criança, que por sua vez é imperceptível aos pais. Tanto o pai como a mãe, em nenhum momento se deram conta de como a forma que estavam agindo agredia e desqualificava a criança.

Nota-se bem, que o problema não é não dar o picolé à criança, mas sim, em como essa negação é realizada. A criança o tempo todo foi “abusada”, no sentido que os pais se prevaleceram de sua altura e posição como adultos, para criar uma sensação de inferioridade por parte da criança.

Faltou aos pais uma sensibilidade para sentirem o desejo de seu filho em acessar e participar de uma cena que estava restrita a eles. Desse modo, como afirma a autora, “não é a frustração do impulso que humilha a criança, mas o desprezo da sua pessoa” (Miller, 1997, p.74).

*“Nos olhinhos curiosos da criança eles se encontram com o passado de humilhação do qual*

*precisam se livrar com o poder que agora detêm”  
(Miller, 1997, p74).*

Assim, o ciclo de violência se perpetua, na medida em que os pais entram em contato (de forma inconsciente) com a violência sofrida no momento que praticam um ato de violência contra o seu filho.

#### **4.6 A presença parental e a autoridade versus autoritarismo**

Pode parecer uma ação quase impossível educar uma criança sem precisar utilizar-se de violência, como tapas, puxões de orelha, cascudos<sup>2</sup> - entre outros, no entanto, o que é importante perceber é como os pais vão reagir frente a uma transgressão de seus filhos, se com autoridade ou com autoritarismo. Pois geralmente quando os pais usam de violência, mostram aos seus filhos apenas o que estes não devem fazer, deixando de ensinar-lhes como podem se organizar para não mais repetir o “erro”. Como afirma Haim Omer (2002), “assim como a presença parental pode ser fortalecida por apoio e afirmação, ela pode também se esvaír por conflitos, sabotagem ou indiferença” (Omer, 2002, p.69).

O autor citado enfatiza o conceito da presença parental, isto é, a capacidade dos pais de se afirmarem e apoiarem os filhos, com autoridade, e desses se sentirem confirmados e apoiados. A presença parental cria uma alternativa viável para os pais resolverem os seus conflitos com os seus filhos, sem necessitar, utilizar-se da violência para impor a ordem.

Nesse sentido, os filhos precisam aprender a respeitar seus pais, e para isso, esses necessitam ter coerência em suas atitudes, ao longo do desenvolvimento da criança, pois em muitos momentos os pais se “desconfirmam”, isto é, se contradizem em suas atitudes quando em uma situação afirmam algo, mas logo em seguida agem de modo diferente. Isso seria o oposto da presença parental. Para manter o poder, desse modo, os pais precisam recorrer a atitudes autoritárias, já que perderam sua sustentação perante os filhos:

---

<sup>2</sup> Segundo o dicionário Aurélio (1999), cascudo é uma pancada na cabeça com o nó dos dedos.

*“A autoridade dirige, mas o poder controla. O poder representa a capacidade de impor a sua vontade. A pessoa com autoridade é respeitada. A pessoa com poder é temida e obedecida. As crianças são muito sensíveis à manipulação de poder até aprenderem como, por sua vez, também manipular. O abuso de autoridade dos pais, o autoritarismo, pode gerar filhos completamente inábeis, por ficarem contidos, congelados de medo. Ou pode gerar filhos que aprenderam a abusar da autoridade e serão pessoas e pais abusadores, autoritários e hostis” (Rosset, 2003, p 106).*

Uma boa presença parental é construída sobre alguns alicerces, como, a presença corporal, território, o fator temporal e fala dos pais.

Por presença corporal, entende-se como os pais podem estar fisicamente presentes ao lado de seus filhos. Pode parecer algo banal, mas observando-se mais atentamente pode-se notar como em muitas famílias os pais “se esqueceram” e deixaram grandes “espaços” entre os seus corpos e de seus filhos; e como isso gera um sofrimento na criança na medida que ela se sente como uma “ilha” isolada e sem contato:

*“Os pais estão presentes ao segurar, abraçar e cuidar do bebê. Na medida em que crescem, a presença corporal se torna mais intermitente e outros meios, mais simbólicos, de demonstrar a presença parental vão sendo desenvolvidos. (...) o corpo é o nosso contato com a realidade. Nos beliscamos para saber que não estamos sonhando. Para uma criança cujos pais tornaram-se virtualmente ausentes, podemos presumir que voltar a sentir a presença corporal dos pais será a mais*

*convincente constatação da existência deles” (Omer, 2002, p.42).*

No território, os pais terão a tarefa de promover o respeito e o comprometimento dos filhos perante o espaço físico em que convivem. Isso só será possível se existir a presença corporal, pois é através do seu corpo que os pais irão organizar os padrões de comportamento da família.

No fator temporal a criança aprende que nem todo o tempo dos pais está disponível para ela. Os filhos vão aprendendo que há o tempo do casal, o tempo da família, o espaço deles, ou seja, há momentos específicos para que os membros da família possam se relacionar, e que ninguém detém a exclusividade. Sem dúvida é na fala que os pais vão se “sabotando” cada vez mais perante os filhos. São naquelas intermináveis lições de moral, que muitos pais falam muito mas dizem pouco. É no *blábláblá* sem sentido, oco, que os pais vão comunicando aos filhos a confusão em que se encontram, da falta de coerência que existe no seu discurso:

*“Um dos elementos que mais contribui para o desgaste da presença parental é a fala interminável. Pais paralizados não se cansam de explicar, ameaçar exigir, culpar etc. Esse discurso torna-se uma trilha sonora, uma música ambiente que faz com que os pais percam o pouco de respeito que talvez ainda guardem aos olhos dos filhos. A interminável fala dos pais convence os filhos, e inclusive os pais de que não haverá nada além de palavras. A questão que se impõe é de como interromper o blábláblá e ajudar aos pais a falarem bem menos, mas bem melhor” (Omer, 2002, p.52).*

Para exemplificar os “alicerces” da presença parental criou-se um exemplo, citado abaixo :

*Um adolescente de 15 anos que havia descumprido os horários estabelecidos pelos pais insistia em continuar saindo à noite, mesmo não tendo o aval dos mesmos. Em um sábado à noite, percebendo que o filho estava se preparando para sair, os pais se mobilizaram e mantiveram guarda na porta, impedindo sua saída. Por sua vez o filho tentou “furar a barreira”, mas os pais o impediram comunicando-lhe enfaticamente que enquanto ele não mostrasse responsabilidade pelos horários não sairia mais à noite.*

Fica claro no exemplo acima, como é possível educar sem violentar. Os pais usaram da sua presença corporal para dar limites ao filho, mostrando que aquele “território” tinha regras que deveriam ser cumpridas, e que eles como pais assumiam a responsabilidade de exigir isso. Por meio de uma fala concisa e coerente, os pais puderam manter sua autoridade sem desrespeitar o filho. Mesmo que esse tenha se sentido coagido, ele não foi humilhado nem negligenciado, pelo contrário pôde perceber o quanto seus pais estavam atentos a ele, e como precisava se reorganizar para se responsabilizar pelas suas atitudes na vida.

*“Sempre digo para as famílias, especialmente para as que têm filhos adolescente, que liberdade se ganha após prova de competência”. (Rosset, 2003, p.102).*

#### **4.7 As conseqüências da violência e o seu tratamento**

Quando se fala sobre as conseqüências de uma violência sofrida, é importante ter-se em mente, que tais conseqüências podem advir tanto a curto quanto a longo prazo:

*“A maior visibilidade adquirida pela problemática dos maus-tratos nos últimos anos conduziu a diversos estudos que demonstram os graves riscos que representam para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, não circunscrevendo este risco ao momento em que ocorrem, mas alargando a sua potencial influência a fases posteriores da trajetória de vida, como a adolescência e a idade adulta” (Oliveira-Formosinho, 2002, p. 90).*

Nas conseqüências ao curto prazo, são visíveis mais facilmente o abuso físico e a negligência física. Isso se torna real no corpo da criança, através de cicatrizes, machucados, hematomas, como também disfunções orgânicas, dores de cabeça, etc. Nesse impacto a curto prazo, também há conseqüências emocionais, no entanto, são mais difíceis de serem percebidas, justamente pelo curto espaço de tempo entre o mau-trato e as conseqüências físicas. “As conseqüências psicológicas a curto prazo dos maus-tratos, apesar de menos visíveis, poderão representar efeitos mais profundos e duradouros no desenvolvimento” (Garbarino, Vondra in Oliveira-Formosinho, 2002, p. 91). Nas conseqüências a longo prazo, percebe-se a relação entre a violência sofrida pela criança na sua infância e o impacto desse evento na sua adolescência e/ou vida adulta; que muitas vezes refletem-se como comportamentos anti-sociais ou como estabelecimento de uma psicopatologia. “De fato, tanto estudos retrospectivos quanto estudos prospectivos têm apoiado a associação entre maus-tratos na infância e comportamento agressivo na adolescência e idade adulta” (Cantón, Cortés, in Oliveira-Formosinho, 2002, p. 93), “o qual poderá encontrar-se na origem de condutas anti-sociais” (Basanta, Dopico, in Oliveira-Formosinho, 2002, p. 93). Ainda, como afirma Oliveira-Formosinho (2002), “Os estudos empíricos têm ainda salientado associações entre maus-tratos na infância e maior prevalência de psicopatologia na idade adulta, conduta autolesiva e suicida, consumo de drogas, bem como menor capacidade intelectual e rendimento acadêmico mais baixo na adolescência e na idade adulta” (p. 94).

Ainda sobre as conseqüências da violência, há a dissonância cognitiva, fenômeno que muitas vezes faz parte das interações onde ocorreram (ou ocorre) situações de violência. Festinger (1956) conceitua a dissonância cognitiva como:

*“a relação entre cognições, ou seja, entre opiniões, crenças, conhecimentos sobre o ambiente e conhecimentos sobre as próprias ações e sentimentos. Duas opiniões ou crenças, ou itens de conhecimento são dissonantes entre si quando não se encaixam um com o outro, isto é, são incompatíveis. Ou quando, considerando-se apenas os dois itens especificamente, um não decorrer do outro” (p.25).*

A dissonância cognitiva é uma forma que os membros do sistema se utilizam para suportar algo que no seu passado ou mesmo no seu presente se torna insuportável de ser trazida para as interações do cotidiano. Desse modo, “o clima criado pelo abuso altera suas percepções (da criança) e emoções com respeito a sua volta, criando uma distorção da imagem que tem de si mesmo, de sua visão de mundo e de suas capacidades cognitivas” (Barudy, p. 169).

É importante destacar que a dissonância cognitiva não é algo voluntário ou consciente que a pessoa que sofreu um abuso realiza, mas, muito mais um jeito que o organismo psicológico encontra para se proteger de um fato que gera um alto grau de sofrimento e/ou ansiedade. Um exemplo disto pode ser dado, quando uma criança aparece pela manhã com hematomas pelo corpo, e esta explica que as marcas são decorrentes das suas brincadeiras com seus pares. A dissonância ocorre no momento que há um fato real e há uma leitura do mesmo de forma dissonante. A criança se “convence” de que realmente adquiriu as marcas em brincadeiras, e não fruto de uma violência sofrida. A família, por sua vez, atesta as convicções dissonantes da criança, quando não problematiza sua versão da história, e apenas procura atenuar a situação com frases como: “não brinque mais assim” ou “não brinque mais com essas crianças”. Para que a criança ou seus



familiares necessitam se iludir e fazer de conta que uma violência não ocorreu e foi realmente apenas uma brincadeira infantil? “A incapacidade da família em lidar com a confusão entre seus problemas sexuais<sup>3</sup> e emocionais e a introdução de um tabu contra o reconhecimento dessas tensões e conflitos na família estabelece o cenário que pode manter o abuso sexual durante muito tempo” (Almeida, 2003, p.63). Além disso, a violência também é utilizada, muitas vezes, pelo sistema familiar como um mecanismo “protetor”, na tentativa de manter a homeostase. “Assim, o abuso sexual da criança poderá funcionar quer como mecanismo evitador, quer como dispositivo regulador dessas famílias (Furniss, 1993). Mesmo que possa parecer assustadora, a dissonância cognitiva serve muito bem aos padrões paradoxais de um sistema familiar, que interage no modelo da rigidez de suas fronteiras, fazendo assim com que a família não tenha flexibilidade suficiente para mudar e proteger um membro que esteja sendo violentado.

No que tange ao tratamento, ou seja, ao manejo da violência, ressalta-se primeiramente a importância de se proteger o membro da família que está sendo violentado. O cuidado é não se perder em interpretações sobre os porquês da violência, enquanto há uma situação real de sofrimento. Desse modo, deve-se buscar meios concretos e objetivos para interromper o ciclo de violência. Para isso, muitas vezes é útil se acionar a rede social, isto é, “a criança necessita de cuidadores eficazes, considerando que a rede social mais vasta, nos momentos de crise, pode oferecer uma parte importante de proteção contra o dano psicológico secundário, incluindo nesta rede os colegas e os professores da criança” (Furniss, 1993).

O tratamento de um caso de violência contra a criança precisa buscar mais do que as disfunções relacionais desta família. Há muitas vezes o risco real de o abusador machucar muito a criança a ponto de causar danos irreparáveis ou mesmo por fim a sua vida. “Intervenções terapêuticas familiares que não procurem agir simultaneamente na dimensão legal correm o risco de se unir ao sistema

---

<sup>3</sup> Mesmo que a citação seja sobre abuso sexual, o que a autora ilustra, é válido também para qualquer tipo de abuso, seja ele sexual ou não.

familiar de segredo, tratando apenas dos elementos interacionais da disfunção familiar (...)" (Furniss, 1993).

Por fim, torna-se importante ressaltar, que um tratamento psicológico para uma situação de violência não deve ser usado como um tribunal, onde o terapeuta assume o papel de julgar os culpados e estipular sua punição. Cada vez mais precisa-se compreender que o violentador necessita também de tratamento, entendendo-se por isso, de uma ajuda real para romper seu ciclo de violência. Essa ajuda não deve ser traduzida apenas como "uma conversa terapêutica", mas em tudo aquilo que for necessário e legal para conter o violentador da sua própria violência. Desse modo, o tratamento deve além de conter a violência trabalhar sobre os impulsos que a originam, resgatando naquele que pratica o abuso a sua própria história de violência sofrida, isto é, reconhecer a criança violentada no adulto. Assim, no decorrer do processo terapêutico, o ato de violentar o outro vai sendo desnaturalizado por meio da reconstrução de crenças, valores e concepções. No que tange à criança abusada, o tratamento após dar a proteção real de que a mesma não sofrerá mais atos de violência, deve atuar como um processo de recuperação pós-trauma, auxiliando-a a lidar com as conseqüências advindas do abuso, quer sejam elas, físicas, psicológicas ou emocionais.

#### **4.8 A dificuldade de se lidar com o tema da violência**

Além dos tópicos já abordados, não se pode deixar de destacar como é difícil lidar com o tema da violência, independentemente do âmbito. Seja para aquele que a sofre, seja para o violentador ou mesmo para os profissionais envolvidos na luta de não permitir que essa violência se reproduza no momento como também nas gerações futuras; entrar em contato com a violência nos faz reviver, consciente ou inconscientemente as violências já sofridas, mesmo aquelas "invisíveis":

*“Trabalhar com violência não é fácil. Adoece, é um trabalho insalubre e contagioso” (Ravazzola, 1999).*

*“Não é fácil, dentre inúmeras razões, também porque a violência está presente em muitas das interações humanas. É comum participarmos passiva ou ativamente de manifestações de violência sem ao menos nos dar conta” (Genejovigi, 2000; Ravazzola, 1999).*

Desse modo, assumir a responsabilidade em ajudar pessoas que sofreram ou praticaram atos violentos nos obriga a primeiro ter reconhecido a possível violência sofrida em nossa infância, para que então estejamos mais aptos a não correr o risco de dar continuidade ao ciclo da violência.

É importante que os profissionais envolvidos, tenham consciência de que entrar em contato com o tema da violência “mexe” em todos os arquétipos internos, como nos faz reviver nossas primeiras interações, mesmo aquelas em que ainda não há uma diferenciação, por parte da criança, em relação ao ambiente. Também nos faz rever todo nosso sistema de crenças, pois nesse momento reavaliamos o que é realmente nosso e o que é fruto da história familiar.

Outro aspecto dessa dificuldade é o risco que o próprio profissional corre em adoecer frente à tentativa de ajudar a solucionar um caso de violência (este fenômeno denomina-se burnout<sup>4</sup>). Isso pode ocorrer na medida em que a violência sofrida, que estava oculta torna-se parte do self, integrando-se ao seu organismo bioecológico, possibilitando ou não o seu processo de cura:

---

<sup>4</sup> O termo em inglês Burnout é uma composição de *burn*=queima e *out*=exterior, sugerindo assim que a pessoa com esse tipo de estresse consome-se física e emocionalmente, passando a apresentar um comportamento agressivo e irritado. Essa síndrome se refere a um tipo de estresse ocupacional e institucional com predileção para profissionais que mantêm uma relação constante e direta com outras pessoas, principalmente quando esta atividade é considerada de ajuda (Psicólogos, enfermeiros, professores e médicos).

*“A doença é um estado do ser humano que indica que, na sua consciência, ela não está mais em ordem, ou seja, sua consciência registra que não há mais harmonia. Essa perda de equilíbrio interior se manifesta no corpo como um sintoma. Sendo assim, o sintoma é um sinal e um transmissor de informação, pois, com seu aparecimento, ele interrompe o fluxo da nossa vida e nos obriga a prestar-lhe atenção. (...) O sintoma nos informa que está faltando alguma coisa. (...) A doença conhece um único objetivo: tornar-nos perfeitos. (...) A cura acontece através da incorporação daquilo que está faltando e, portanto, ela não é possível sem uma expansão da consciência” (Dethlefsen, pp. 16-17, 1983).*

#### **4.9 As influências do macrossistema no microsistema**

Além dos fatores percorridos ao longo deste trabalho sobre a violência intrafamiliar contra a criança, não se pode olvidar que esse sistema familiar faz parte de um macrossistema, no qual ambos se relacionam sistemicamente, no sentido que não é possível “isolar” um do outro, isto é, a parte do todo.

Enquanto o sistema familiar seria o microsistema, com os seus fatores de relação, como a transgeracionalidade; o macrossistema contém a organização social com os seus sistemas de crenças e estilos de vida de uma cultura.

Desse modo, para que se possa manter um olhar sistêmico sobre a problemática da violência infantil, se faz mister entender que a violência sofrida por uma criança dentro de uma família, não é motivada apenas por fatores familiares ou geracionais, mas também, por fatores extra-familiares, como a cultura, a situação política e econômica, os meios de comunicação, ou seja, o

macro e o micro sistema se entrecruzam formando uma rede ecológica complexa de fatores que podem estar na base deste processo.

Segundo Bronfenbrenner (1996), “a abordagem ecológica do desenvolvimento envolve o estudo científico da acomodação progressiva, mútua, entre um ser humano ativo em desenvolvimento, e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive, conforme esse processo é afetado pelas relações entre esses ambientes, e pelos contextos mais amplos em que os ambientes estão inseridos” (p.18).

Assim sendo, seria uma falácia justificar a violência infantil apenas pela ótica intrafamiliar, afinal de contas “a violência intrafamiliar engloba todas as formas de violência (abuso sexual, físico e emocional, abandono e negligência) e todas as configurações familiares possíveis (entre pais e filhos, casal, irmãos e filhos para com pais). Cabe salientar que a violência nesse contexto deixa de ser um fenômeno do âmbito privado e passa a ser de domínio público. E, portanto, políticas públicas devem ser instaladas favorecendo a denúncia responsabilizando os envolvidos e, principalmente prevenindo o acontecimento desta violência” (Koller, 2004, p. 297).

Nessa reflexão se entende que o intuito não é de se separar “a causa” daquilo que teria motivado o ato de violência, mas sim em se dar conta, de que todo ato de violência, seja intrafamiliar ou não, é multicausal. É um processo que vai se construindo e se re-construindo a todo o momento. Não há, desse modo, apenas o ato em si, como algo estanque, mas todo um conjunto de fatores dinâmicos que desencadeiam a execução do ato. Koller (2004) destaca este aspecto quando afirma que “a violência é um fenômeno dependente do contexto, do momento em que a pessoa vive, das suas experiências e seus processos psicológicos e suas características individuais” (p.293).

*(...) a possibilidade de os pais apresentarem um desempenho efetivo em seus papéis na educação dos filhos dentro da família depende das exigências dos papéis, dos estresses e dos apoios oriundos de outros*

*ambientes. (...) A disponibilidade de ambientes apoiadores, por sua vez, é uma função de sua existência e frequência numa dada cultura ou subcultura. Essa frequência pode ser aumentada pela adoção de práticas e políticas públicas criando ambientes e papéis sociais adicionais úteis para a vida familiar” (Bronfenbrenner, 1996, p.8)*

Desse modo, a atenção dos pais, como também de todos os envolvidos, numa efetiva educação saudável das crianças, não pode, se concentrar apenas na qualidade de relações no microssistema, mas considerar que todo membro deste microssistema, influencia e é influenciado, como um sujeito histórico-cultural, por tudo aquilo que o circunda, e que faz parte do macrossistema.

## **5. Considerações Finais**

Lidar com o sofrimento humano é uma das tarefas mais insalubres, já que a todo o momento você corre o risco de se “machucar”, como também, no outro sentido dessa palavra, é uma situação que necessita de extremo empenho, pois é de difícil cura.

É uma situação muitas vezes traiçoeira, pois você muitas vezes considera que está realizando uma intervenção para auxiliar o processo de cura do sistema, mas está na verdade reproduzindo (e até mesmo estimulando) a violência já existente.

Não existe “bula” para se trabalhar com a violência, apenas deve-se ter o cuidado de não deixar de observar a violência nas relações humanas, e nem naturalizar posturas violentas como algo normal. Para tal, o profissional deve

sempre estar se olhando, no sentindo de estar atento a sua história e aos dramas nas tramas que se tecem ao longo do seu processo familiar.

*“Essa participação ativa ou passiva de manifestações de violência da qual não nos damos conta de estar inseridos é uma das características da violência. É a cegueira dupla” (Ravazzola, 1999).*

A intenção em finalizar o presente trabalho com uma citação de Maria Cristina Ravazzola, é dar ênfase a um dos pontos fundamentais no trabalho com crianças que sofreram algum tipo de violência: auxiliar uma criança a se proteger de um ciclo de abusos, só será possível se antes os profissionais envolvidos já tiverem libertado sua criança dos traumas de sua infância e jamais tentar resolver isso na projeção da violência que outro sofre, pois ela cega quem pratica a violência, de tal modo que a pessoa não vê que não vê que está sendo violento.

No que tange a terapia familiar, a inserção ecológica é primordial, pois o indivíduo está ao mesmo tempo no micro e macro-sistema, sendo esses geradores de ônus e bônus para o processo de amadurecimento do indivíduo. Para se atuar de forma terapêutica se faz necessário perceber a criança não somente no seu âmbito familiar, como também, nas suas outras relações, como a igreja, a escola, centro comunitário, amigos, em fim, tudo aquilo que de alguma forma influencia na vida dessa criança. Mais do que se indagar sobre o estado íntimo dessa criança violentada é se dar conta por quais sistemas essa criança transita, e como está se relacionando com estes e principalmente, como esses sistemas podem ser usados como agentes transformadores da realidade dessa criança. Assim o estado psicológico de uma criança que sofreu uma violência não se resume apenas ao seu "eu" corporal, mas esse "eu" abrange além do seu estado emocional também tudo aquilo que está de alguma forma relacionada com a criança. E isso precisa fazer parte do tratamento, caso se utilize a teoria do desenvolvimento ecológico e teoria familiar relacional sistêmica.

## 6. Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Ana Catarina Entrudo de. **Abuso Sexual de Crianças:** crenças sociais e discursos da psicologia. Braga. Tese de Mestrado. Universidade do Minho. 2003.
- ANDOLFI, Maurizio. **Por Trás da Máscara Familiar.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1984.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARRUABARRENA, M. I.; DE PAÚL, J. **Maltrato a los niños en la familia:** evaluación y tratamiento. Madrid: Pirámide, 1999.
- BARUDY, Jorge. **Maltrato Infantil:** ecologia social prevencion y reparacion. Buenos Aires : GALDOC, 1999.
- BOSZORMEMYI-NAGY, Ivan; SPARK, Geraldine M. . **Lealtades Invisibles:** Reciprocidad en terapia familiar intergeneracional. Buenos Aires : Amorrortu, 2003.
- DETHLEFSEN, Thorwald; DAHLKE, Rüdiger. **A Doença como Caminho.** São Paulo : Cultrix, 1983.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio eletrônico:** século XXI. Versão 3.0, 1999.
- FURNISS, Tilman. **Abuso Sexual da Criança:** uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre : ArtMed, 1993.
- FESTINGER, Leon. **A theory of cognitive dissonance.** New York : Prendice-Hall, 1956.
- GENIJOVICH, Ema. Workshop **Honrando a diversidade:** uma abordagem respeitosa dos dilemas familiares. Rio de Janeiro, Instituto Mosaico, 2000.
- IMBER-BLACK, Evan. **Os Segredos na família e na terapia familiar.** Porto



Alegre : Artes Médicas, 1994.

KOLLER, Silvia Helena (org). **Ecologia do Desenvolvimento Humano**: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo : Casa do Psicólogo, 2004.

MILLER, Alice. **O Drama da Criança bem dotada**. São Paulo : Summus, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Verdade Liberta**. São Paulo : Martins Fontes, 2004.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia e ARAUJO, Sara Barros. **Entre o risco biológico e o risco social: um estudo de caso**. *Educ. Pesqui.*, jul./dez. 2002, vol.28, no.2, p.87-103. ISSN 1517-9702.

PAIRA, Marisa. Violência Familiar. Coadernillo Temático no 21. Disponível em <http://www.margen.org/desdeelfondo/num21/paira.html>)

RAVAZZOLA, Maria Cristina. **Historias infames**: los maltratos em las relaciones. 2ª edição. Buenos Aires : Paidós, 1999.

ROSSET, Solange Maria. **Pais e Filhos**: uma relação delicada. Curitiba : Sol, 2003.

OMER, Haim. **Autoridade sem Violência**: o resgate da voz dos pais. Belo Horizonte : ArteSã, 2002.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento Sistêmico**: um novo paradigma da ciência. Campinas : Papirus, 2002.

WALSH, Froma; MCGOLDRICK, Mônica. **Morte na família**: sobrevivendo as perdas. Porto Alegre : ArtMed, 1998.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj, VIEZZER, Ana Paula e BRANDENBURG, Olivia Justen. **O uso de palmadas e surras como prática educativa**. *Estud. psicol. (Natal)*, maio/ago. 2004, vol.9, no.2, p.227-237.

WHITAKER, Carl A; BUMBERRY, William. **Dançando com a Família**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

PARECER SOBRE A MONOGRAFIA INTITULADA:  
**“Violência Cega: a infância marcada”**

**Autores: Ricardo Luiz De Bom Maria  
Maria da Glória de Mello Carneiro**

:

O presente parecer será dividido em três partes, sendo que, na primeira analisar-se-á a pertinência do tema; na segunda, a forma de apresentação de um trabalho escrito e na terceira o conteúdo. A partir das mesmas, tecer-se-ão considerações, em termos de reflexões e sugestões decorrentes da leitura do trabalho.

**1. Com relação à pertinência do tema:**

Considero a escolha do tema da violência intra-familiar muito atual e um real desafio para profissionais que, de diferentes áreas trabalham de forma direta ou indireta na conjunção da família com a violência. Neste sentido, acredito que a elaboração de um trabalho científico, tendo como temática e objetivo principal as diferentes expressões da violência no contexto familiar torna-se relevante, no sentido de poder organizar a literatura em torno da mesma e poder assim fazer reflexões. As mesmas, por sua vez, nos permitem de certa forma, tomar certa distância, podendo assim, melhor visualizar elementos e aspectos que emergem na dinâmica de atendimentos com famílias, constituindo-se por conseguinte, em bases profissionais importantes para sustentar práticas ancoradas na busca da coerência teórica, prática e ética.

Ao falar de atual, refiro-me principalmente a visibilidade da temática da violência na família, a qual sempre existiu e sobre a qual se falava de forma indireta e velada, tanto em nossas teorias psicológicas, como na sociedade e na mídia, de um modo geral. Ou seja, era um tema que permeava o cotidiano das pessoas, porém aparentemente invisível até para as políticas públicas e estudiosos. Por isto, a importância de estudar, analisar e aprofundar estas questões.

## 2. Com relação à forma de apresentação do trabalho

Considero a forma de apresentação de um trabalho, dentro da perspectiva científica, de fundamental importância, para que as idéias, produto de nossa reflexão sobre a teoria e prática, sejam claras e revelem nossos objetivos de forma a não confundir o leitor. Especificamente, da perspectiva científica, no que diz respeito à forma para uma apresentação mais clara, gostaria de tecer algumas considerações, que estão apontadas também, no corpo do trabalho, com o intuito de contribuir com o aperfeiçoamento do mesmo.

a) Senti falta do resumo, pois analisei outros trabalhos, os quais tinham resumo. Ver orientadora.

b) Com relação à Introdução, considero que é parte em que se introduz o leitor ao trabalho evidenciando a temática, a relevância da mesma e concluindo assim com o objetivo do trabalho. Um aspecto há ser mencionado é que se evitam citações bibliográficas literais, o lugar das mesmas é na fundamentação teórica do mesmo, (quando existe este item no trabalho). Também, em todo trabalho científico se deve tomar cuidado com o uso de pronomes relativos ou qualificativos, pois eles podem ou generalizar muito ou evidenciar certos valores dos autores, que, caso eles quisessem expor devem explicar os mesmos. Se não estiver atento a isto pode produzir uma leitura ambígua ou errada do trabalho. Com relação ao Objetivo Geral e específicos sugiro rever os mesmos, pois eles não refletem o objetivo presente na organização do trabalho. Solicito ver assinalamentos realizados no corpo do trabalho, com relação a isto.

c) No que diz respeito à Revisão da literatura com relação ao tema, considero que houve uma boa organização a partir dos itens apontados, cabendo destacar como reparo, a excessiva quantidade de citações literais e a necessidade de padronizar a citação das mesmas ao longo do trabalho.

d) Com relação ao Método, o qual evidencia para o leitor qual o caminho que os autores realizaram para atingir os objetivos propostos e o delineamento do estudo, solicito ver no corpo do trabalho todas as sugestões realizadas, para seu aperfeiçoamento.

e) No que diz respeito a análises e interpretação dos dados embora bem organizados, senti falta das reflexões dos autores. Sei que isto não é fácil, mas o grande desafio de um trabalho está em alinhar reflexões. Chamou-me a atenção da citação de Leon

Festinger (1956), deveria ser contextualizado o porquê a escolha de um livro tão antigo se comparado as outras literaturas relacionadas. Ver assinalamentos no texto. Isto não invalida o esforço de realizar o presente trabalho, sendo mis colocações para vocês, enquanto terapeutas familiares e o desafio constante de estarmos atualizando-nos como profissionais.

f) No que diz respeito às Referências Bibliográficas observo a utilização da ABNT, deixando de lembrança que caso deseje transformar isto num artigo, a maioria das revistas agora está utilizando as referências da APA. Com relação às referências, observei no corpo do trabalho a falta de padronização de algumas citações de autores, tais como nas páginas 22,23 respectivamente. Solicito rever as referencias faltou Bronfenbrener, 1996, por exemplo, e ano de publicação da referência de Jorge Barudy.

### 3. Com relação ao conteúdo

g) O terceiro e último tópico de análise se refere ao conteúdo principalmente da Análise e Interpretação dos dados, visualizei no trabalho bons indicadores de análises. Considero que os autores têm toda capacidade para analisar as idéias principais dos autores e sintetizar no texto com suas próprias palavras. Acredito que esta é a arte de escrever um trabalho, à luz dos olhares teóricos e respeitando a autoria das idéias. Isto está sendo comentando, caso vocês desejem fazer algum artigo o reflexão mais aprofundada respeito, pois considero que os objetivos da monografia foram atingidos, enquanto trabalho didático.

Em termos de conclusão deste parecer, considero o trabalho **APROVADO**, desejando constar aqui, meus parabéns, tanto para os autores, como para a orientadora, no sentido de abordar uma temática desafiadora para os terapeutas familiares, e que, nas palavras dos próprios autores desta monografia é *“uma situação que necessita de extremo empenho.. pois você muitas vezes considera que está realizando uma intervenção para auxiliar o “processo de promoção para a saúde de um sistema” (aspas e palavras da parecerista), mas está na verdade reproduzindo (e até mesmo estimulando) a violência já existente”*. Por último, agradeço a deferência de ser parecerista deste trabalho, desejando ressaltar

que minhas análises caminharam na busca de uma contribuição para o mesmo.

Profa. Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré